



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM COMUNICAÇÃO DE DADOS PERMANENTE, VISANDO À INTERLIGAÇÃO DA REDE DE COMPUTADORES DO COMPLEXO PREDIAL DA SEDE DESTA E. TRIBUNAL E DE 02 (DOIS) IMÓVEIS DE SUA UTILIZAÇÃO, LOCALIZADOS NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Proc. TRF2-EOF-2015/00393

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Tel.: ( ) \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu (sua) \_\_\_\_\_, Sr(a). \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2015/00393, em consequência do Pregão Eletrônico nº 133/2015, fundamentado na Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 5.450/2005, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015, através do despacho nº TRF2-DES-2015/\_\_\_\_\_, lavrado à fl. \_\_\_\_ do processo, FIRMAM o presente Contrato visando à *prestação de serviços especializados em comunicação de dados permanente, visando à interligação da rede de computadores do complexo predial da sede deste E. Tribunal e de 02 (dois) imóveis de sua utilização, localizados no Centro da Cidade do Rio de Janeiro*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em comunicação de dados permanente, visando à interligação da rede de computadores do complexo predial da sede deste E. Tribunal e 02 (*dois*) imóveis de sua utilização, localizados no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 133/2015 e seus Anexos I e III, e na forma estabelecida no presente Contrato.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

**2.1 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

2.1.1 - A Contratada deverá prestar serviço de telecomunicação fornecendo 02 (*dois*) circuitos digitais dedicados e exclusivos, não compartilhados, operando nas velocidades mínimas definidas no item 6.1 deste Contrato, juntamente com os equipamentos necessários nas pontas, de forma a interconectar as redes locais de forma permanente, disponível 24 ( *vinte e quatro*) horas por dia, 07 (*sete*) dias por semana.

2.1.2 - Cada circuito digital deverá ser instalado tendo como Ponta “A” a Rua do Acre, 80, 10º andar e como Ponta “B” os endereços abaixo listados:

2.1.2.1 - Rua Dom Gerardo, nº 46;

2.1.2.2 - Av. Rio Branco, nº 243, Anexo I, 3º andar.

**2.2 – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

2.2.1 - Instalação de circuito digital, através de fibra óptica ou enlace de micro-ondas, dedicado e exclusivo, não compartilhado, com operação em *full-duplex* nas velocidades definidas na Planilha de Especificação e Formação de Preços constante do subitem 6.1 deste Contrato, e com interface RJ45 (ANSI/TIA/EIA568-A) em ambas as pontas;

2.2.2 - Em cada circuito deverá ser permitido tráfego com VLAN *tagging* (IEEE 802.1Q), sendo os números dos VIDs definidos pelo Contratante;

2.2.3 - Fornecimento, configuração e gerenciamento de todos os dispositivos de transmissão de dados e sua infraestrutura (torres metálicas, abrigo de equipamentos, estações repetidoras, bancos de baterias, *racks*, retificadores, sistemas de aterramento, equipamentos de ar condicionado, geradores *diesel*, entre outros);

2.2.4 - A conexão do circuito aos equipamentos de rede local do Contratante será de responsabilidade da Contratada, incluindo passagem de cabos, lançamento de infraestrutura, instalação elétrica, identificação e conectorização, caso necessário. As instalações deverão observar as normas técnicas brasileiras e incluir todos os elementos de fixação necessários (eletrodutos, mancais de apoio para eletrodutos etc.);

2.2.5 - A Contratada deverá encaminhar memorial descritivo do projeto de instalação, respeitando os parâmetros estruturais das edificações, contendo no mínimo, o método de fixação dos equipamentos (laje, parede etc.), peso e potência elétrica consumida;

2.2.5.1 - O prosseguimento do serviço de instalação de cada circuito estará condicionado à aprovação do projeto pela equipe de engenharia da Contratante ou pelos responsáveis dos prédios de terceiros;

2.2.6 - Quando for utilizada fixação lateral para os equipamentos, o peso da estrutura e do respectivo suporte de fixação não poderá ultrapassar os parâmetros estruturais das edificações;

2.2.7 - Quando for utilizada fixação sobre a laje do prédio, deverão ser utilizadas bases de concreto para não danificar a estrutura de impermeabilização;

2.2.8 - Nos circuitos digitais implantados em micro-ondas, deverão ser utilizados enlaces de propriedade da Contratada alugados para uso exclusivo do Contratante, em conformidade com os itens a seguir:

2.2.8.1 - Não serão aceitas ofertas que incluam trechos de redes públicas e enlaces compartilhados ou sublocados de terceiros;

2.2.8.2 - Deverão ser utilizados equipamentos de transmissão de dados para uso exclusivo do Contratante, ou seja, sem nenhum tipo de compartilhamento com outros clientes da Contratada;

2.2.8.3 - Os enlaces deverão utilizar espectros de frequências administrados pela ANATEL, conforme descrição do Art. 4º, inciso XXI, da Resolução ANATEL n.º 259, de 19 de abril de 2001;

2.2.8.4 - Deverão ser utilizadas faixas de frequências licenciadas junto à ANATEL de 6, 8, 11, 18 e 23 GHz, com modulação mínima de 256 QAM no que se refere aos cálculos de capacidade e performance dos radioenlaces;

2.2.8.5 - Não serão aceitos circuitos que utilizem enlaces de rádio com espectros de frequências não administrados pela ANATEL e não licenciáveis como 2,4 e 5,8 GHz;

2.2.8.6 - A Contratada deverá realizar projeto técnico para efeito de registro das radiofrequências, em nome do Contratante, junto à ANATEL, sem ônus adicionais para o Contratante;

2.2.8.7 - A Contratada é responsável por executar todas as providências necessárias à manutenção do registro regular das radiofrequências durante a vigência do Contrato;

2.2.8.8 - Deverá ser utilizado rádio digital que apresente certificado ANATEL, dentro da validade, e registro como tipo de produto “Transceptor Digital”;

2.2.8.9 - Deverá ser utilizada antena que apresente certificado ANATEL, dentro da validade, e registro como tipo de produto “Antena Direcional - Categoria II”.

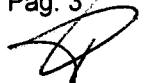
2.2.9 - A Contratada deverá manter uma central de atendimento com funcionamento 24 (*vinte e quatro*) horas por dia, 07 (*sete*) dias por semana, todos os dias do ano;

2.2.9.1 – A central de atendimento deverá ser acessada por um número único nacional não tarifado (0800) ou ligação local e deverá atender 95% (noventa e cinco por cento) das chamadas a elas destinadas, limitando o redirecionamento da ligação para área de abertura de chamados apenas 01 (uma) vez, e o Contratante não poderá esperar por mais de 60 (sessenta) segundos em linha para ser atendido, conforme legislação brasileira;

2.2.9.2 - A central de atendimento será responsável por receber as solicitações de abertura de chamado, de resolução de problemas, de esclarecimento de dúvidas, bem como acompanhamento das solicitações;

2.2.9.3 - Nas aberturas das solicitações deverá ser atribuído número de ocorrência, que servirá como referência para acompanhamento;

2.2.9.4 - É imprescindível que os profissionais de atendimento da Contratada conheçam e estejam aptos a dar as informações básicas sobre os serviços contratados;



2.2.10 - A Contratada deverá fornecer ao Contratante acesso a um “Portal” na Internet para acompanhamento do desempenho e taxa de utilização dos circuitos digitais, através de ferramentas do tipo RDDTOOL, MRTG, CACTI ou similares;

2.2.11 - O Contratante disponibilizará caixa postal de nome **hostmaster@trf2.jus.br** que deverá ser usada para facilitar comunicações de interrupções programadas e outras de caráter operacional. Toda parada, inclusive para manutenções, deverá ser avisada através desta caixa postal;

2.2.12 - O Contratante fornecerá as informações técnicas necessárias para permitir a instalação e a execução dos serviços, equipe técnica para acompanhamento e demais informações pertinentes à perfeita execução do objeto contratado.

2.2.13 - O Contratante realizará a abertura de chamados técnicos e solicitações de serviços para reparo dos serviços de comunicação de dados diretamente na Central de Atendimento;

2.2.14 - A Contratada poderá disponibilizar, complementarmente, Portal de Atendimento em domínio público na Internet para abertura de chamado disponibilizando interface com campos para preenchimento da designação do circuito, para informações adicionais (com intuito de detalhar o problema enfrentado), e campo contendo o endereço de e-mail do solicitante para recebimento do ticket de abertura do chamado;

2.2.15 - A Contratada deve fornecer número de protocolo após a abertura de chamado, considerando quaisquer das modalidades de abertura;

2.2.16 - Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto, como tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento (equipamento, enlace ou serviço) afetado, nome, fone e e-mail do contato no Contratante que foi posicionado acerca do reparo e restabelecimento do serviço, descrição detalhada da resolução do chamado com um código associado e responsabilidades.

### 2.3 – DO ACORDO DO NÍVEL DE SERVIÇOS:

2.3.1 - O circuito digital deverá operar com percentual de descarte de pacotes de no máximo 1% (*um por cento*) e com uma latência máxima de 5 ms (*cinco milissegundos*), ambos medidos entre os *switches* do Contratante;

2.3.1.1 - As medições do percentual de descarte de pacotes e da latência serão avaliadas através da transmissão de uma série de aproximadamente 120 (*cento e vinte*) pacotes ICMP (*ping*) de 64 (*sessenta e quatro*) bytes de tamanho, durante um intervalo de 120 (*cento e vinte*) segundos;

2.3.1.2 - O circuito será considerado indisponível quando inoperante ou apresentar percentual de descarte ou latência superior aos valores máximos permitidos;

2.3.1.3 - Para cada medição onde o valor do percentual de descarte de pacotes estiver acima do limite permitido será computado o período de indisponibilidade mensal de 5 (*cinco*) minutos;

2.3.2 - A Contratada deverá garantir disponibilidade dos serviços contratados superior a 99,9% (*noventa e nove inteiros e nove décimos por cento*);

2.3.3 - O Índice de Disponibilidade Mensal do circuito digital será calculado através da seguinte fórmula:

$$\text{Índice} = (1 - \frac{\text{Tempo de indisponibilidade}}{\text{Tempo total mensal}}) \times 100$$



onde:

**Índice** = índice de disponibilidade mensal do circuito

**Tempo de indisponibilidade** = somatório dos períodos de indisponibilidade, em minutos, do circuito no mês de faturamento

**Tempo Total Mensal** = tempo total mensal de operação, em minutos, do circuito no mês de faturamento

2.3.3.1 - Para o cálculo do índice de disponibilidade mensal, nos meses de ativação e de desativação do circuito, o “Tempo Total Mensal” será calculado a partir do total de dias da prestação do serviço vezes 1440 (*mil quatrocentos e quarenta*) minutos (Tempo total mensal = Total de dias da prestação do serviço X 1440 minutos). Para os outros meses, o valor do “Tempo Total Mensal” será sempre o número de dias do mês vezes 1440 (*mil quatrocentos e quarenta*) minutos (Tempo total mensal = Número de dias do mês X 1440 minutos);

2.3.3.2 - Alterações nos índices de disponibilidade, identificadas após a emissão da fatura e que impliquem modificações nos descontos calculados, serão validadas de comum acordo entre a Contratada e o Contratante e contempladas na fatura subsequente;

2.3.3.3 - Não serão computadas no cálculo da disponibilidade mensal até 04 (*quatro*) interrupções anuais do serviço, a serem utilizadas como janelas para manutenção preventiva e de predição, desde que agendadas de comum acordo e com antecedência mínima de 05 (*cinco*) dias úteis. Essas interrupções serão realizadas nos finais de semana ou em feriados, sempre com a anuência do Contratante;

2.3.3.4 - Sempre que forem apurados percentuais de disponibilidade que estejam abaixo dos limites mínimos estabelecidos, quando as causas tiverem sido de responsabilidade da Contratada, o somatório dos tempos de indisponibilidade dentro do período de faturamento será descontado dos custos mensais dos serviços, de acordo com a fórmula:

$$\text{Desconto} = \frac{\text{Tempo} \times \text{Preço}}{1440}$$

onde:

**Desconto** = valor do desconto em R\$ (reais)

**Tempo** = número de períodos de 30 (*trinta*) minutos de interrupção

**Preço** = preço mensal do serviço

2.3.3.5 - Para efeito de desconto, o período mínimo de interrupção a ser considerado é de 30 (*trinta*) minutos consecutivos. Os períodos adicionais de falha, ainda que fração de 30 (*trinta*) minutos, serão considerados, para fins de desconto, como períodos inteiros de 30 (*trinta*) minutos.

2.3.4 - A Contratada deverá prestar atendimento de solução de problemas observado o prazo de 30 (*trinta*) minutos para o primeiro retorno de atendimento e prazo máximo de 02 (*duas*) horas para solução a partir do horário da comunicação formal do Contratante à Contratada, respeitados os índices de disponibilidade previstos neste Contrato;

2.3.5 - A violação de qualquer dos itens do acordo de níveis de serviço será desconsiderada pelo Contratante quando for decorrente de uma das seguintes ocorrências:

2.3.5.1 - Falha em algum equipamento de propriedade do Contratante;

- 2.3.5.2 - Falha decorrente de procedimentos operacionais do Contratante;
- 2.3.5.3 - Falha de qualquer equipamento da Contratada que não possa ser corrigida por inaccessibilidade causada pelo Contratante;
- 2.3.5.4 - Interrupção programada, quando necessária ao aprimoramento e à implantação de adequações do serviço, desde que previamente negociada entre as partes;

### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES:**

#### **3.1 - DA CONTRATADA:**

3.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

3.1.2 - Oferecer flexibilidade e rapidez na implantação de mudanças;

3.1.3 - Efetuar todas as configurações necessárias nos equipamentos de sua propriedade, bem como fornecer quaisquer acessórios a fim de permitir a execução e prestação dos serviços objeto deste Contrato;

3.1.4 - Realizar as instalações assumindo todos os custos e quaisquer outras responsabilidades decorrentes de condições especiais de instalação que, porventura, os mesmos possam exigir;

3.1.5 – Providenciar o aterramento de seus equipamentos, quando necessário, sendo que o Contratante fornecerá o “ponto de terra”;

3.1.6 - A Contratada se responsabilizará, durante a vigência deste Contrato, em:

3.1.6.1 - Manter a qualidade e o desempenho do serviço;

3.1.6.2 - Atender às reclamações do Contratante sobre falhas no serviço, concedendo desconto nos casos discriminados no item correspondente, em consonância com o subitem 2.3.3.4 da Cláusula Segunda deste Contrato;

3.1.6.3 – Atender a reclamações ou pedidos de esclarecimento do Contratante sobre cobrança de serviço;

3.1.6.4 - Fazer diagnóstico das falhas no serviço, relatadas pelo Contratante, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade;

3.1.6.5 - Manter registro dos eventos que porventura tenham provocado interrupções no circuito, a fim de justificar a não consideração de períodos de indisponibilidade perante o Contratante.

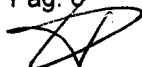
3.1.7 - Disponibilizar todas as informações necessárias para que a equipe técnica do Contratante, responsável pelo gerenciamento dos serviços contratados, possa fazer o seu acompanhamento de rotina;

3.1.8 – Efetuar a manutenção preventiva do circuito privativo (enlaces) assegurando todos os níveis de serviço descritos neste Contrato;

3.1.9 - Notificar o Contratante, via *e-mail*, telefone (fixo ou celular), com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência, quando for necessário efetuar qualquer manutenção preventiva que afete a disponibilidade do serviço contratado;

3.9.1 - A notificação por *e-mail* deverá conter informações adicionais (data, hora, circuito, etc) e será usada como registro de interrupção de serviço.

3.1.10 - Prestar atendimento e suporte, dentro dos níveis de rapidez e eficiência acordados, para toda e qualquer ocorrência que altere o andamento normal dos serviços;



3.1.11 - Caberão à Contratada, além das responsabilidades resultantes deste Contrato, as da Lei n.º 9.472/97, do termo de concessão ou autorização emitido pela ANATEL e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados;

3.1.12 - Todos os equipamentos e circuitos de comunicação de dados fornecidos pela Contratada, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e recomendações em vigor, elaboradas por:

3.1.12.1 - Órgãos oficiais competentes;

3.1.12.2 - Entidades autônomas reconhecidas na área – ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações);

3.1.12.3 - Entidades de padrões, reconhecidas internacionalmente – ITU-T (*International Telecommunication Union*), ISO (*International Standardization Organization*), IEEE (*Institute of Electrical and Electronics Engineers*), EIA/TIA (*Electronics Industry Alliance and Telecommunication Industry Association*).

3.1.13- Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em decorrência de erro dos serviços objeto do Contrato, que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Contratante.

3.1.14 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução n.º 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

3.1.15 – A Contratada deverá cientificar a seus empregados a observância obrigatória ao Código de Conduta, nos termos da Resolução n.º 147, de 15/04/2011, do Conselho da Justiça Federal, e da Portaria n.º CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

### 3.2 - DO CONTRATANTE:

3.2.1 - Prover a infraestrutura necessária à prestação dos serviços, climatização e alimentação de energia, ficando excluído desta obrigação qualquer outro tipo de equipamento necessário à conexão do Contratante ao *backbone* da Contratada, o qual, se necessário, será de inteira responsabilidade da mesma;

3.2.2 - Instalar e manter a rede interna dentro das especificações técnicas necessárias ao funcionamento dos circuitos;

3.2.3 - Comunicar à Contratada, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação dos serviços;

3.2.4 - Pagar à Contratada os valores constantes dos documentos fiscais de serviços, respeitando os índices e requisitos especificados neste Contrato.

## 4 – CLÁUSULA QUARTA: DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES:

4.1 – A Contratada compromete-se a utilizar o mesmo cuidado e discrição para impedir a divulgação, publicação, ou disseminação das informações, ditas confidenciais, fornecidas

pelo Contratante, quanto o que usaria para informações similares de sua propriedade que não desejasse divulgar, publicar ou disseminar.

4.2 - A Contratada poderá divulgar as informações, ditas confidenciais, dentro de suas instalações para aqueles que tiverem necessidade de conhecê-la. Na hipótese de possuir expresso consentimento do Contratante, poderá divulgar a informação para um terceiro interessado, desde que este necessite da mesma para desempenhar algum tipo de serviço para a Contratada ou para o Contratante, sem prejuízo das demais condições impostas neste Contrato.

#### **5 – CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

5.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

5.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente pelo fiscal técnico, mencionado no item 11.1 deste Contrato, após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

5.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (dez) dias pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante, mencionados no item 11.1, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.3 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.4 – A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### **6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO:**

##### **6.1 - DO PREÇO:**

6.1.1 – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS							
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE (Mbps)	CÓDIGO SIASG	QTD.	PREÇO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	1.1	Serviço de comunicação de dados (prédio situado na Rua Dom Gerardo)	200	25135	12		
	1.2	Serviço de instalação	—	13935	1		
PREÇO TOTAL (ITEM 1)							



6.1.1 - PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS							
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE (Mbps)	CÓDIGO SIASG	QTD	PREÇO MENSAL (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
2	2.1	Serviço de comunicação de dados (prédio situado na Avenida Rio Branco)	300	25135	12		
	2.2	Serviço de instalação	—	13935	1		
PREÇO TOTAL (ITEM 2)							

6.1.2 - O valor MENSAL estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

6.1.3 - O valor GLOBAL estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

6.1.4 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado.

## 6.2 - DA PERIODICIDADE E DO REAJUSTE:

6.2.1- Os valores contratados serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left( \frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P, \text{ onde:}$$

$R$  = Reajuste

$I$  = N° índice da data do reajuste

$I_o$  = N° índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste

$P$  = Preço a ser reajustado

6.2.2- A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

6.2.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (doze) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10192 de 14 de fevereiro de 2001 e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

6.2.4 – Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

6.2.5 – A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 6.2.4, tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 6.2.1.

6.2.6 - Caso a Contratada não efetue de forma tempestiva o reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

### 6.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.3.1 - O pagamento à Contratada será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pela Equipe de Gerenciamento da Contratação responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, estabelecida no item 11.1 da Cláusula Décima Primeira, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, da seguinte forma:

6.3.1.1 - Para prestação dos serviços de instalação: em uma única parcela, após a conclusão dos serviços de instalação e ativação comercial do circuito;

6.3.1.2 - Para prestação dos serviços de comunicação de dados: mensalmente;

6.3.1.3 - Os valores a serem faturados concernentes aos serviços de Comunicação de Dados, objeto desta contratação, estarão sujeitos a glosas e descontos, de acordo com os níveis estabelecidos no item 2.3 deste Contrato;

6.3.1.4 - O pagamento será efetuado mensalmente mediante a apresentação de documento fiscal, correspondente aos serviços efetivamente executados e aceitos definitivamente, e já aplicados os devidos descontos e glosas em função do não atendimento dos níveis de serviços definidos no Contrato;

6.3.1.5 - O pagamento referente ao mês de ativação ou de desativação dos serviços será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias corridos;

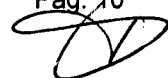
6.3.1.6 - Mensalmente, a Contratada apurará o tempo de indisponibilidade do serviço, considerando as ocorrências desde a zero hora do primeiro dia até às 24 (vinte e quatro) horas do último dia do mês anterior ao da apuração e calculará o total do desconto a ser concedido. O valor do desconto pelo serviço não prestado será calculado conforme estabelecido no item 2.3 deste Contrato e descontado do documento fiscal correspondente ao mês da prestação dos serviços;

6.3.1.7 - Para efeito de desconto, o período mínimo de interrupção a ser considerado é de 30 (trinta) minutos consecutivos. Os períodos adicionais de falha, ainda que fração de 30 (trinta) minutos serão considerados, para fins de desconto, como períodos inteiros de 30 (trinta) minutos;

6.3.1.8 - O Contratante confrontará o documento fiscal do serviço com os dados existentes em seu sistema de monitoração e, caso sejam encontradas indisponibilidades e violações dos níveis de serviço superiores às relatadas pela Contratada, o valor da diferença será glosado da fatura, caso a Contratada não consiga justificar as diferenças;

6.3.1.9 - Por ocasião da realização dos pagamentos, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.3.2 - O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras (NUCOMP), situado na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar, Centro/RJ, de segunda a sexta-



feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail [dicom@trf2.jus.br](mailto:dicom@trf2.jus.br), em 02 (duas) vias.

6.3.3 - Para fins do disposto no subitem 6.3.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

6.3.4 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

6.3.4.1 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nos 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela In RFB nº 765 de 02.08.2007.

6.3.6 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, em consonância com o Acórdão 964/2012-Plenário-TCU;

6.3.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.3.7 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.3.8 – No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

6.3.8.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.39.97	085.391	

7.2 - Na parcela referente ao exercício de 2017, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES:**

8.1 - O não cumprimento de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato sujeitará a Contratada às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

8.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

8.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

8.5 – Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 8.3 e 8.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.6 - Se as multas dispostas nos itens 8.3 e 8.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

8.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

8.8 - A aplicação das multas ora prevista não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

8.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/04-TRF-2ª RG, de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

8.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

8.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

8.12 – O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

8.12.1 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao

pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação; independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

#### **9 - CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:**

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

9.2 - O presente Contrato também poderá ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

10.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 133/2015 e seus Anexos I e III;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/\_\_, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados, juntada às fls. \_\_/\_\_/\_\_ do Processo.

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

#### **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:**

11.1 – O Contratante designará a **Equipe de Gerenciamento da Contratação que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

11.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11.4 – A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;

11.5 – As irregularidades detectadas pela fiscalização do Contratante serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequado.

**12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

12.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

12.1.1 – A ativação comercial dos ITENS 1 e 2, discriminados no subitem 6.1.1 do Contrato, deverá ocorrer em 06/03/2016, devendo os circuitos estarem instalados com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência do prazo final de ativação;

12.1.2 – Após a ativação comercial, a Contratada deverá enviar documento comprovando a ativação o qual deverá ter aceite do setor técnico do Contratante.

12.2 – A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que sejam verificadas se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas para o Contratante.

12.3 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste Instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

12.4 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

12.5 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

12.6 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Oitava do presente Contrato.

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA CONTRATUAL:**

13.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato.

13.2 – A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.

13.3 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

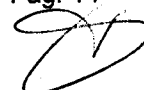
13.4 – A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

13.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

13.6 – A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei 8.666/93.

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

14.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias,



em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

14.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação dos débitos referentes à presente contratação em favor do Contratante.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

15.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis n.ºs 9.069 de 29/06/95 e 10.192 de 14/02/2001.

15.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique alterações dos preços contratados, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

15.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

15.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar, Centro/RJ), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de .

\_\_\_\_\_  
MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Diretora Geral

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)